

P2
Econ

NELSON PEIXOTO FREIRE

Logo mais à noite estarei participando de jantar em sua homenagem juntamente com alguns dos principais líderes empresariais brasileiros. A importância do encontro deve ser vista não só em função do grau de adesão dos empresários, mas em razão da conjuntura política, que ameaça contaminar e enfraquecer a recuperação da economia.

O momento político é marcado pelo predomínio das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito que averigua denúncias de corrupção em órgãos do governo. A expectativa da sociedade e dos agentes econômicos é a de que a CPI apresente os seus resultados com a máxima rapidez e eficiência e que estes sirvam de exemplo e marco inicial de um novo momento na história política do País, em que prevaleça o respeito ao bem público, à sociedade, à Nação.

A sociedade civil, em geral, e o empresário, em particular, devem já ao senhor a restauração da confiança pública na autoridade econômica e a superação dos traumas intervencionistas. Queremos hoje à noite expressar, de forma clara e decidida, nosso apoio público a sua permanência à frente do Ministério da Economia.

A homenagem é também o nosso reconhecimento pela forma responsável, determinada e aberta que tem marcado a sua gestão, e um voto de confiança de que novas medidas venham a ser implantadas para reconduzir o País ao caminho do crescimento econômico.

Nós, empresários, estamos dispostos a ajudá-lo nessa tarefa. E, para isso, consideramos indispensável dar seqüência à pauta das reformas estruturais capazes de modernizar a economia e situar o Brasil de forma competitiva no mercado internacional.

Trata-se, desde já, de prosseguir com a reestruturação da Previdência Social, para fechar essa "janela vermelha" no Orçamento da União.

A conclusão no âmbito do Legislativo e a aplicação da Lei de Concessão de Serviços Públicos são ações necessárias para dotar o Estado de

um regime legal capaz de dotar o setor produtivo e a economia de um serviço eficiente que favoreça a competitividade da indústria nacional.

A modernização dos portos, objeto de lei específica em tramitação no Congresso Nacional, é programa de aplicação urgente para desonerar as exportações brasileiras de elevados custos indiretos.

O setor que represento, na qualidade de presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), sustenta a necessidade de uma reforma fiscal profunda, de efeitos duradouros, cujos objetivos sejam o de desonrar os investimentos e a produção e contribuir decisivamente para o desejado equilíbrio macroeconômico. Nesse contexto, a proposta do Exe-

ESTADO DE SÃO PAULO
08 JUL 1992

utivo de reforma fiscal é um documento que deve nortear os debates.

Todo esse esforço de implantação das reformas estruturais é essencial para a retomada do tão esperado e adiado crescimento econômico.

É preciso, afinal, interromper o processo que tem feito a bola de neve encolher e provocado a queda na produção, nas vendas, nos empregos, na atividade econômica de forma global. Sem isso terá sido vã a luta, o sacrifício, da sociedade em decorrência do programa de modernização.

O fortalecimento do mercado interno é, aliás, uma condição necessária para que a abertura da economia não se transforme numa política de desindustrialização. Ainda que afetada pelo encolhimento do mercado interno, a indústria elétrica e eletrônica não teme a abertura do mercado, que considera irreversível. A entidade acredita, no entanto, que ela deva, a partir de agora, ser implementada no bojo de um amplo processo de negociação nacional, com a participação de toda a sociedade, e também rediscutida em âmbito internacional para que não seja oferecida ao mundo como uma dádiva de um país pródigo.

É com essa confiança e com tais expectativas que vamos ao jantar de hoje à noite, senhor ministro. O Brasil precisa de sua serenidade e sabedoria.



■ Nelson Peixoto Freire é presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).